MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

EMENTA E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CR.	CARGA HORÁRIA		
			TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
GDI114	Direito Constitucional II	4	68	0	68

EMENTA

Formas de governo e sistemas de governo. Organização dos poderes da República. Poder legislativo. Processo legislativo. Poder executivo. Poder judiciário. Controle de constitucionalidade. Funções essenciais à justiça. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. A Organização do Estado:
1.1. Formas de Estado 1.1.1. Estado Unitário 1.1.2. Estado Federal 1.2. A Federação 1.2.1. Matriz norte-americana. A experiência dos EUA 1.2.2. Conceito de Federação. O Estado Federal. Soberania e Autonomia 1.2.3. Federação e Confederação. Distinções 1.2.4. Característicos comuns 1.3. A Federação Brasileira 1.3.1. Matriz e evolução histórica da Federação brasileira 1.3.2. A Organização Política do Estado brasileiro 1.4. A repartição de competência 1.4.1. O princípio da predominância do interesse 1.4.2. Técnicas de repartição de competência 1.5. A repartição de competência na Constituição brasileira de 1988 1.5.1. Repartição horizontal de competência. Técnicas 1.5.2. Repartição vertical de competência 1.6. Competências. Grupos 1.6.1. Legislativa 1.6.2. Material 1.7. Competências. Subgrupos 1.7.1. Privativa (ou exclusiva) 1.7.2. Comum 1.7.3. Concorrente 1.7.4. Suplementar (complementar e supletiva)
2. A União:
2.1. Posição da União na Federação 2.2. Competência material (privativa e comum) 2.3. Competência legislativa (privativa e concorrente). Delegação
3. Os Estados Federados:
3.1. Posição dos Estados na Federação 3.2. Competência material (privativa e comum) 3.3. Competência legislativa (privativa e concorrente). 4. O Distrito Federal 4.1. Posição do Distrito Federal na Federação 4.2. Competência material (privativa e comum) 4.3. Competência legislativa (privativa e concorrente).
5. Os Municípios:
5.1. Posição dos Municípios na Federação 5.2. Competência material (privativa e comum) 5.3. Competência legislativa (privativa e concorrente). 6. Os Territórios Federais .
6. A Intervenção:
6.1. A Intervenção Federal 6.1.1. Pressupostos materiais 6.1.2. Pressupostos formais 6.2. A Intervenção dos Estados nos Municípios 6.2.1. Pressupostos materiais 6.2.2. Pressupostos formais 6.3. O controle parlamentar e judicial da Intervenção.
8. O Poder Legislativo:
8.1. Organização 8.2. Funcionamento 8.3. Competências 8.4. Processo Legislativo e procedimentos legislativos 8.5. Os Congressistas: prerrogativas, impedimentos e perda do mandato
9. O Poder Executivo:
9.1. Sistemas de governo. Presidencialismo e Parlamentarismo 9.2. O Presidente da República. O Vice-Presidente. Substituição, Sucessão e Atribuições. Crime de Responsabilidade 9.3. Os Ministros de Estado. Atribuições 10.4. Conselhos da República e de Defesa Nacional
10. O Poder Judiciário:
10.1. Órgãos e estrutura 10.2. Estatuto da Magistratura. 10.3. Garantias e vedações funcionais 10.4. O Supremo Tribunal Federal. Composição, investidura e competências 11.5. O Superior Tribunal de Justiça. Composição, investidura e competências 10.6. Os órgãos da Justiça Federal. Composição, investidura e competências 10.7. Os órgãos da Justiça Eleitoral. Composição, investidura e competências 10.8. Os órgãos da Justiça do Trabalho. Composição, investidura e competências 10.9. Os órgãos da Justiça Militar. Composição, investidura e competências 10.10. Os órgãos da Justiça Estadual 10.11. Precatórios
11. Funções essenciais à Justiça:
11.1 Ministério Público; 11.2 Advocacia Pública e Privada.11.3 Defensoria Pública.
12. Controle de Constitucionalidade:
12.1 Controle difuso e concentrado;12.2 Cláusula de Reserva de Plenário,12.3 ADI 12.3.1(cabimento), 12.3.2 ADI (legitimados), 12,3.3 Cautelar na ADI, 12,3.4 Decisão e Modulação da ADI; 12.3 ADC - hipótese de cabimento; 12.3.1, Legitimados e cautelar, 12.3.2 Decisão e Modulação da ADC, 12.4 ADPF (cabimento), 12.4.1 ADPF (legitimados, liminar),12.4.2 ADPF (decisão e modulação), 12.5 Amicus Curiae, 12.6 Arrastamento e norma ainda constitucional, 12.7 ADI interventiva: princípios constitucionais sensíveis, 12.7.1 ADI interventiva (procedimento).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. Salvador: JusPodivm, 2015.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAMOVAY, Pedro. Separação de poderes e medidas provisórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2013.

BULOS, Uadi Lammêgo. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2014.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEONCY, Léo Ferreira; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (orgs.). Comentários à Constituição do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2014.

CLÈVE, Clémerson Merlin. Direito constitucional brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. 2.

Esse documento foi gerado em 03/07/2025 às 04:12:25
Para verificar a autenticidade desse documento, basta acessar o link abaixo e localizar a referida disciplina.
https://sig.ufla.br/modulos/publico/matrizes_curriculares/index.php